

ACEF/2122/0901572 — Relatório preliminar da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Ana Monteiro
Miguel Melo Bandeira
Ian Douglas
Patrícia Esteves

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Universidade De Lisboa

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Instituto De Geografia E Ordenamento Do Território

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Planeamento e Gestão do Território

1.4. Grau:

Licenciado

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5._Plano de estudos_PGT.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Desenvolvimento e Ordenamento do Território

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

581

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

581

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

<sem resposta>

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

6 Semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

45

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

55.

O valor de 45 indicados nos relatórios anteriores apenas se referia ao Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (e que se mantém inalterado). No entanto, o novo máximo de admissões indicado (55) inclui todas as vias de acesso, a saber: Maiores de 23 anos; Titulares de um diploma de especialização tecnológica; Titulares de um diploma de técnico superior profissional; Titulares de

outros cursos superiores; Concurso Especial para Estudante Internacional; Mudança par/instituição curso e Concurso Nacional de Acesso, e tem em conta a realidade registada nos últimos anos letivos.

1.11. Condições específicas de ingresso.

São admitidos à inscrição no curso os candidatos que completaram o ensino secundário e realizaram uma das seguintes provas: Geografia, Economia e Matemática. Comprovação do Pré requisito do Grupo D Capacidade de Visão.

1.12. Regime de funcionamento.

Diurno

1.12.1. Outro:

N/A

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276 Lisboa, Portugal.

1.14. Eventuais observações da CAE:

<sem resposta>

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Em parte

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Em parte

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Sim

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

O curso é bom, mas claramente ancorado na geografia. A questão chave é: o equilíbrio entre as UC especificamente relacionadas com o planeamento e as do programa geral de geografia é apropriado? A documentação afirma: "fornecer aos/às estudantes uma formação científica de base sólida na área de planeamento e gestão do território, e da geografia". Apenas uma das oito UC do primeiro ano parece ser sobre planeamento, as outras parecem ser UC de geografia geral. Talvez mais UC sobre planeamento devam ser adicionadas ao primeiro ano para motivar e excitar os alunos que escolheram um curso de planeamento, em vez de um de geografia.

A oferta de aulas práticas é agora boa e existe um excelente conjunto de UC em SIG, deteção remota e estatística. São 49 horas de prática de SIG no primeiro ano; 147 horas de trabalho prático no

segundo ano (49 horas para o direito do ordenamento, 49 para SIG e 49 para uma UC opcional), e o último ano com 49 horas de trabalho prático para o workshop de planeamento e 49 para cada uma das duas opções. Não está claro quanto do trabalho de SIG está direcionado para exercícios que tratam problemas relacionados com o planeamento.

TRABALHO DE CAMPO: Parece não haver trabalho de campo especificamente relacionado às UC que tratam do ordenamento do território, este está listado apenas às UC de geografia. Não há trabalho de campo listado no último ano, mas talvez faça parte dos projetos e/ou das opções. Assumindo que 8 horas de trabalho de campo é um dia, então há apenas dois dias de trabalho de campo no primeiro ano e 3 dias de trabalho de campo no segundo ano (para comparação, o primeiro ano do curso de planeamento na Universidade de Manchester tem cinco dias individuais de trabalho de campo e trabalho de grupo de campo. No segundo ano há uma UC que envolve uma semana de campo em Portugal!). A informação disponibilizada não indica onde se realizam os dias de trabalho de campo, se são em Lisboa ou em outros sítios de Portugal. É sempre bom usar o ambiente urbano ao redor da universidade para exemplos de campo de assuntos discutidos nas aulas.

ORIENTAÇÃO TUTORIAL: O ensino tutorial está discriminado em horas para cada UC - 7 horas para cada UC em todos os três anos. Não é claro como isto é feito. Qual o tamanho dos grupos tutoriais? Existe alguma forma de avaliação do desempenho tutorial? Todos os tutoriais são ministrados por membros experientes permanentes do corpo docente?

RELAÇÃO ENTRE AS UC DE PLANEAMENTO E GEOGRAFIA NO PROGRAMA DE GRADUAÇÃO: Existe apenas uma UC dedicada especificamente ao planeamento das 8 UC listadas no primeiro ano da licenciatura. Isto é apropriado? Deveria haver alguma história do ordenamento e controlo do uso do solo em Portugal e em outros países europeus? Como é que as UC teóricas e práticas (técnicas) se articulam para os alunos aprenderem a analisar e lidar com questões de planeamento no primeiro ano da licenciatura? Isto fica tudo para os seminários e projetos do terceiro ano? O que significa "formações específicas de curta duração" na análise dos pontos fracos do curso?

2.6.2. Pontos fortes

O curso é apoiado por uma ampla equipa de professores talentosos, experientes e motivados que têm uma boa compreensão da maioria dos componentes do ensino. São oferecidos bons conhecimentos de manipulação de dados, computação e análise de dados. Estas metodologias técnicas são muito úteis na sociedade e ajudarão os alunos a encontrar emprego. Há um bom número de pessoas comprometidas a apoiar os alunos nestas capacidades. Os comentários dão a impressão de que há sempre alguém disponível a quem os alunos podem recorrer quando utilizam os laboratórios de informática, e que podem solicitar auxílio no trabalho com equipamentos informáticos. A maioria da equipa parece ser bastante versada nestes conhecimentos.

Muitos dos docentes ensinam sobre áreas nas quais já investigam há muitos anos. Isto ajuda a passar o seu entusiasmo pessoal aos alunos e pode motivar muitos deles. É bom ver que se dispõe de especialistas vindos de fora do IGOT, e que foram trazidos para ensinar disciplinas profissionais específicas, que normalmente não são da Geografia (por exemplo, Direito do Planeamento; Ambiente e Biodiversidade). É igualmente positivo verificar que pessoas com qualificações em Engenharia Florestal, Arquitetura, Paisagismo e Planeamento, que fazem parte do pessoal do IGOT, estejam envolvidas no programa.

A coordenadora do curso é muito versada em questões do planeamento do território e participa ativamente no programa de ensino. A sua investigação é de classe mundial e indica uma capacidade para reunir os aspetos práticos, políticos e de envolvimento público do planeamento.

Muitos dos professores publicaram trabalhos sobre Lisboa e, assim, conseguem falar bem sobre questões locais da cidade: um benefício positivo para os alunos que podem visitar as áreas discutidas.

2.6.3. Recomendações de melhoria

1. Continuar a alargar o leque de pessoas com competências diversas relacionadas com o planeamento, tais como o imobiliário, economia da terra, ecologia urbana, ganho líquido da biodiversidade, soluções baseadas na natureza, paisagismo e engenharia de tráfego, que possam contribuir para o curso.
2. Esclarecer e aumentar a oferta de trabalho de campo, talvez através de projetos de equipa de alunos que usem as habilidades e técnicas de recolha e mapeamento de dados.
3. Considerar aumentar a ênfase na interface periurbana entre os usos do solo urbano e rural: esta é geralmente uma questão chave e um dilema para o planeamento urbano; as decisões sobre a preservação das principais paisagens rurais ou a expansão urbana. Alguns docentes são especialistas em geografia rural, em ordenamento do território rural. No entanto, a interação do urbano e do rural é um problema crítico de planeamento que deve ser abordado conjuntamente por especialistas urbanos e rurais. Parte disto pode já estar coberto na UC “Ambiente e Biodiversidade”.
4. Desenvolver formas de aumentar o foco no planeamento para o curso. Pode ser através de uma palestra semanal ou seminário para discutir as questões atuais de planeamento em cada ano do curso, ou ter uma UC no primeiro ano sobre problemas do planeamento em Lisboa e as suas possíveis soluções.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Em parte

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Em parte

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

Os funcionários não académicos têm boas qualificações, a maioria com licenciatura e alguns com habilitações a nível de mestrado. Houve uma excelente expansão das instalações, especialmente nas áreas de TI e SIG, mas também com um novo laboratório de geografia física. Estas alterações terão trazido novos equipamentos para os quais poderá ser necessária formação técnica.

3.4.2. Pontos fortes

Técnicos e administradores muito qualificados e com uma experiência considerável. Muitos têm bons conhecimentos em TI e GIS.

O pessoal não docente é muito qualificado, a maioria com o primeiro ciclo do ensino superior e alguns com mestrado.

3.4.3. Recomendações de melhoria

1. Assegurar que o pessoal técnico recebe formação adequada sobre todos os novos equipamentos e as suas atualizações, quer através de cursos online ou de sessões de instrução ministradas pelos fabricantes dos equipamentos.
2. Certificarem-se de que têm o pessoal adequado no plano tecno-didático para responder às perguntas e necessidades dos alunos que usam equipamentos específicos.
3. No caso de não se dispor de um cartógrafo especializado/técnico de cartografia digital, preparado e disponível para ajudar a responder às solicitações de cartografia e documentação do planeamento, imprescindível às tarefas do ordenamento do território, deverá ser contratado um técnico com este perfil, ou em alternativa, treinar um funcionário já existente, com competências nesta área.
4. Promover o apoio aos docentes na investigação e no ensino prático, aumentando o número de pessoal com qualificação técnica para o laboratório e a investigação de campo.
5. Assegurar a dotação de pessoal não docente suficiente para reduzir as pesadas cargas administrativas suportadas pelo pessoal docente e investigador.

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Sim

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

O número de alunos aparenta ser bom. Tudo indica que o recrutamento tem origem predominantemente local (Área Metropolitana de Lisboa), com evidências de um crescente interesse tanto do continente como do exterior, designadamente, do estrangeiro. A taxa de retenção é moderadamente boa, mas o tempo necessário para os estudantes concluírem o curso é maior do que o esperado. A julgar pelos resultados sugere-se que os alunos enfrentam maiores dificuldades nas UC de Geografia Física e Métodos e Técnicas. Admite-se que esta situação pode ser causada pelas expectativas altas dos professores, ou pelos pré-requisitos condicionados de formação (ensino secundário) dos alunos. As anteriores revisões de métodos e conteúdos de ensino indiciam a obtenção de melhores resultados, não dispensando a continuidade da revisão da situação.

4.2.2. Pontos fortes

Conjunto de políticas adequadas ao incentivo e recrutamento de estudantes de grupos desfavorecidos.

Um corpo discente forte que revela entusiasmo pelas matérias de estudo mantidas e aprimoradas ao longo dos três anos.

O aquecimento global e a crise da biodiversidade irão criar problemas para as gerações futuras, pelo que o planeamento do território, das cidades e das paisagens futuras, tem um papel determinante no alívio e mitigação destes problemas.

O recrutamento dos estudantes continuará a ser bem sucedido se o programa oferecido for prático e relevante para a sociedade.

As taxas de aprovação nas UC's tendem a melhorar, à medida que os alunos avançam, do primeiro ao terceiro ano do ciclo de estudos.

É positivo o facto do IGOT incorporar alunos com Necessidades Educativas Especiais e se encontrar equipado para tal.

4.2.3. Recomendações de melhoria

Necessidade de examinar constantemente o impacto geral sobre os alunos.

Admitir a relevância de cada UC no modo como melhor se adequa com todo o programa e às finalidades do ordenamento do território.

Identificar precocemente os alunos com atrasos no desempenho e tentar ajudá-los a melhorar o seu progresso.

Melhorar o número e a diversidade de oportunidades de estágios em instituições públicas e privadas.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Sim

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Sim

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

Os resultados são geralmente bons, mas há uma diferença significativa entre o nível de resultados obtidos na parte do curso da Geografia Humana (GH) e no Desenvolvimento e Ordenamento do Território (DOT), face à componente do curso dedicada à Geografia Física (GF) e Métodos e Técnicas (MT). Isto pode ser explicado pela natureza e o curriculum das disciplinas estudadas pelos estudantes antes de ingressarem na universidade.

Alguns aspetos do curso podem ser bastante novos para os alunos, e podem ter que ser ensinados de um modo diferente.

A tendência para aproximar e aumentar o acompanhamento dos alunos nas aulas Teórico-Práticas de Métodos e Técnicas trouxe melhores resultados ao processo de ensino-aprendizagem. O acompanhamento mais próximo do progresso dos alunos permite que a maioria deles melhore as suas classificações à medida que avançam no programa.

O ordenamento do território é um campo novo para os estudantes, desafiando-os a obterem alguns novos requisitos.

Cerca de 50% dos alunos concluíram a sua graduação em 3 anos e revelaram notáveis melhorias (os níveis de conclusão têm vindo a melhorar), mas alguns ainda precisam de mais um ano para concluir a sua graduação. Não há dados disponíveis que nos permitam concluir se existem UC's específicas que os alunos considerem ser mais difíceis e, portanto, é difícil situar onde pode e deve ser dada particular atenção.

5.3.2. Pontos fortes

A taxa de aprovação no curso está a melhorar.

Há um bom acompanhamento do progresso dos alunos.

Os resultados em Métodos e técnicas melhoraram.

5.3.3. Recomendações de melhoria

Pode ser útil promover um acompanhamento mais detalhado das UC's que os alunos acham difíceis.

A questão principal decorre da necessidade de conhecer, se todo o corpo discente classifica uma UC específica como difícil, ou se apenas afeta o perfil de alunos de uma determinada formação.

Admite-se como oportuno, no início do curso, centrar a atenção dos estudantes na explicação da pertinência que cada UC tem para o desenvolvimento de boas competências de planeamento.

Note-se que é muitas vezes útil dispor da chance de falar sobre o programa geral do curso de um professor com um pequeno grupo.

Procurar conhecer as razões pelas quais a “carga de trabalho das UC's” obtiveram a pontuação de 2,8 nos questionários submetidos aos alunos.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Sim

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Sim

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Sim

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Sim

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

O IGOT dispõe de um alto nível de investigação em muitos ramos da geografia com um padrão internacional de sucesso. Com um número considerável de afirmações no campo do ordenamento do território. Existe uma grande capacidade de expressão nos domínios do uso da terra e no planeamento nas áreas urbanas e rurais. É grato ver reconhecidos excelentes trabalhos sobre temas como as "ilhas de calor" urbanas, que têm aplicações imediatas na forma como as cidades devem ser planeadas. A UC dedicada aos Riscos e Vulnerabilidades reflete estas preocupações da parte do grupo de docentes, sendo os estudos sobre inundações altamente relevantes para o impacto do aquecimento global nas áreas urbanas de Portugal.

Deve ser oferecida a oportunidade aos estudantes de se questionarem como os planeadores podem "dar espaço à água" no desenho e desenvolvimento urbano. Há muita investigação reconhecida da

equipa académica do IGOT que nos oferece "insights" apropriados no ensino do planeamento do território.

Existe uma boa cooperação com outros institutos da Universidade de Lisboa e entidades externas, úteis ao reforço do programa. Em particular, existem ligações com profissionais de órgãos nacionais e cívicos que trabalham em áreas específicas como o direito do urbanismo e do planeamento.

6.6.2. Pontos fortes

A colaboração interdisciplinar é um ponto forte do programa de graduação em planeamento e gestão do território. Os alunos encontram professores com variados conhecimentos e experiências. A maioria deles tem feito investigação de alguma forma relacionada com o ordenamento do território. Uma vez que muitos docentes de geografia estiveram envolvidos em projetos colaborativos europeus, existe uma vasta experiência a partir da qual exemplos comparativos podem ser introduzidos no ensino. Outro ponto forte, que talvez seja ampliado no programa, é a profunda compreensão que a coordenadora do curso e o seu grupo de investigação têm das dimensões sociais do planeamento e, principalmente, do planeamento com, e para, as comunidades. Muitos professores têm contribuído com estudos aplicados para Lisboa e outros concelhos.

6.6.3. Recomendações de melhoria

Manter o envolvimento na investigação aplicada e continuar a encontrar questões e lições da investigação que alimentem o ensino. Capacitar os alunos a fazerem projetos na área local, que usem o saber e as habilidades estabelecidas nos programas da equipa de investigação. Aportar o conceito de sustentabilidade e mitigação, e adaptação ao aquecimento global, como fundamentais ao processo de ensino-aprendizagem. É certo que estes estão em grande parte implícitos no programa, mas deveriam estar mais explícitos, porque o planeamento é um domínio do futuro; um futuro que será muito afetado pelas mudanças climáticas e ambientais.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Em parte

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Em parte

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Sim

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

O número de internacionalizações em que o corpo docente está envolvido é impressionante. Muitos deles têm graduações fora de Portugal (embora muitos tenham passado as suas carreiras inteiras em Lisboa). A maioria deles está envolvida em programas de investigação europeus. O IGOT tem 77 acordos ativos com instituições de ensino superior europeias, 30 das quais renovadas/celebradas de novo, desde 2017-18, destacando-se as parcerias com instituições alemãs (18), polacas (14) e espanholas (12). Adicionalmente, estão em fase de assinatura 22 novos protocolos.

É possível para os alunos ERASMUS aderirem ao Programa de planeamento e gestão do território.

Não foram fornecidos dados sobre o número de estudantes internacionais.

7.4.2. Pontos fortes

Abertura para o acolhimento de estudantes estrangeiros; com elevado número de ligações ERASMUS.

Alto nível de parcerias internacionais de investigação por equipa académica.

Forte colaboração com entidades do sector público e privado.

7.4.3. Recomendações de melhoria

Desenvolver algo especialmente apelativo para o programa de Planeamento e gestão do território: possivelmente pensando em ligá-lo ao planeamento comunitário; salvaguardando o planeamento para os desfavorecidos e para a equidade, mas usando técnicas de TI e modelação avançada de cenários. Tal inovação poderia torná-lo mais atraente para os estudantes estrangeiros.

O reconhecimento da AESOP pode ser um passo no caminho para o reconhecimento profissional a nível europeu.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Sim (passa diretamente ao campo 8.7)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Não

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

<sem resposta>

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

A Universidade de Lisboa dispõe de um Gabinete de Avaliação e Garantia de Qualidade que

acompanha os processos de avaliação das atividades da universidade. O IGOT dispõe de três órgãos de controlo da qualidade: i) Uma Comissão de Avaliação Interna, a quem compete desencadear ciclicamente processos de auto-avaliação das atividades de ensino, formação e investigação da instituição;

ii) uma Comissão de Avaliação do Desempenho Docente dos diferentes ciclos de estudos;

iii) o Conselho Pedagógico, que promove a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico e a sua análise e divulgação.

No final de cada ano letivo, são realizadas reuniões com os docentes para avaliar potenciais problemas e desafios colocados para a sua resolução.

Os resultados dos inquéritos lançados aos alunos da licenciatura em Ordenamento e Gestão do Território correspondem à média ponderada das classificações atribuídas de acordo com uma escala de satisfação (1=muito baixo; 5=muito alto) e os itens para os quais se obtiveram resultados para os níveis de satisfação nas UC sintetizam-se em: “assiduidade e desempenho de discentes e em relação às UC” e o “desempenho pedagógico” em relação a docentes.

8.7.2. Pontos fortes

Um sistema de controlo de qualidade estabelecido que tem interação com a equipa para responder a dúvidas e insatisfações. Respostas aparentemente eficazes aos resultados das investigações.

8.7.3. Recomendações de melhoria

Não há indicação se existem inquéritos ao pessoal académico sobre as suas respostas ao trabalho com estudantes de planeamento e gestão do território. Talvez valha a pena realizar um questionário sobre se estão a ser ministradas as UC mais adequados na melhor ordem, tendo em mente as capacidades dos alunos que ingressam no curso. Isto já está a ser feito de alguma forma, mas pode ser interessante pedir a um grupo de docentes mais jovens envolvidos que comecem a considerar alternativas.

Ensaiar e adotar outro tipo de estratégias de sucesso que são utilizadas por outras instituições para conseguir uma maior participação dos estudantes nos inquéritos pedagógicos.

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

Muitas melhorias importantes foram feitas no programa desde a avaliação anterior.

O reforço do Direito do urbanismo e do planeamento é muito valiosa para a formação profissional dos futuros planeadores.

Revelou-se como muito importante repensar a sequência e a articulação das UC's.

São uma grande ajuda as melhores instalações de laboratório e espaços de trabalho de TI .

A estrutura do curso é agora mais lógica.

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

O sucesso do programa, a par do crescimento dos restantes programas de licenciaturas, mestrados e doutoramentos, está a pressionar o espaço do edifício do IGOT. Portanto, as melhorias recomendadas para o edifício são apoiadas. Tais melhorias ajudariam na realização de outras melhorias sugeridas em termos da percentagem de alunos e na redução da dimensão média das turmas práticas.

Os rácios pessoal-alunos nas aulas práticas são sempre um problema, mas há aqui uma necessidade real, uma vez que uma proporção relevante dos alunos acha difícil alguns dos conteúdos mais quantitativos das ciências físicas. Esta redução do tamanho das turmas também significaria uma maior ocupação dos espaços de ensino prático pelo programa do planeamento do território. Não temos certeza se haverá espaço para tal pretensão.

Embora a inclusão do Direito do planeamento no segundo ano do programa do curso seja excelente,

e felicitamos o IGOT por isso, por ter um advogado profissional a ministrar esses conteúdos, sentimos que a complexidade dos processos de desenvolvimento, planeamento e urbanismo, especialmente a combinação de regulamentos e o envolvimento das comunidades no processo de tomada de decisão, torna necessária uma UC adicional de Direito sobre os aspetos legais das aprovações e promulgações, sobretudo, no planeamento.

A proposta de um acréscimo de mais 10 estudantes, além dos 45 já permitidos justifica-se porque existe procura até de estudantes internacionais, mas a CAE identificou pressões sobre o pessoal docente e manifestou a sua preocupação com a disponibilidade para o acompanhamento sobretudo dos trabalhos práticos e do trabalho de campo. Quando comparado com outras Universidades europeias, parece que estes 20 estudantes adicionais, juntamente com os 10 estudantes adicionais propostos para a Licenciatura em Geografia (ACEF/2122/051807), justificariam pelo menos um novo docente.

A CAE expressou também alguma preocupação com a taxa de conclusão neste curso e questiona-se se este incremento no número de estudantes não poderá agravar ainda mais este problema.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

Nenhuma reestruturação curricular é recomendada na autoavaliação.

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

<sem resposta>

11.2. Observações

Ao abrigo do Despacho 15/22 do Conselho de Administração da A3ES, a CAE entendeu que o presente processo reúne informação suficiente para a elaboração do relatório de avaliação, sem haver a necessidade de levar a cabo reuniões de esclarecimento.

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

A Instituição onde o Ciclo de Estudos está sediado preenche as melhores condições gerais do País na especialidade, tanto em termos de recursos humanos, docentes e não docentes, como em termos de infraestruturas e equipamento de apoio. Vale a pena destacar a integração do Centro de Estudos Geográficos, como subunidade orgânica do IGOT, que recentemente passou a fazer parte do Laboratório Associado de Investigação - "Terra", conferindo-lhe igualmente um maior potencial no setor. O plano curricular do programa de estudos está bem estruturado, está atualizado e satisfaz o equilíbrio e a sequência apropriada entre unidades curriculares obrigatórias e opcionais, assim como os objetivos do curso de graduação são coerentes e ajustados à missão e estratégia do Instituto. Tem um corpo estável e altamente qualificado de professores/investigadores, a maioria dos quais se dedicam totalmente à Unidade Orgânica.

As ações de melhoria do ciclo de estudos, decorrentes da análise "SWOT" da avaliação anterior, foram consideradas e implementadas. Embora os dados formais de emprego não mencionem desemprego, recomenda-se uma reflexão prospetiva a curto e médio prazo nesta área, a fim de fazer uma avaliação ponderada da realidade efetiva da empregabilidade nesta formação pós-graduada. Os sistemas internos de qualidade promovidos pelas universidades, dada a sua uniformidade, produzem

frequentemente resultados formais que ignoram as idiosincrasias das faculdades e dos institutos, especialmente os mais pequenos, onde a proximidade dos agentes pode de alguma forma distorcer a representatividade dos resultados. Por conseguinte, esta área de monitorização deve ser amplamente participada e continuar a ser objeto de reflexão permanente e de diversificação de estratégias.

As relações externas e parcerias internacionais do Instituto têm vindo a aumentar, sendo que a mobilidade "fora" do corpo docente é claramente mais elevada do que a dos estudantes. No entanto, os distúrbios causados pela crise pandémica dos últimos dois anos devem ser considerados nas próximas avaliações. Vale a pena começar, como está previsto no regulamento da mobilidade, a possibilidade de esta ser também alargada ao pessoal não docente. De igual modo as relações de extensão, parcerias e os protocolos com entidades externas, sendo consideravelmente significativas, devem continuar a ser aprofundadas e diversificadas tanto com entidades públicas como privadas. As alterações e melhorias introduzidas em infraestruturas e equipamentos, que já eram boas no passado, foram significativamente ampliadas pela recente melhoria/modernização das condições e instalações de trabalho.

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

<sem resposta>

12.4. Condições:

<sem resposta>